

# O espólio bibliográfico das Carmelitas Descalças de Sto. Alberto (século XVIII)

ROSA MARÍA SÁNCHEZ SÁNCHEZ



Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória, Universidade do Porto

<https://www.cienciavita.pt/portal/7B12-73EE-63D8>

rosabx@gmail.com

**Resumo:** Nos últimos anos tem vindo a verificar-se um interesse crescente, por parte dos investigadores, em relação aos catálogos das livrarias conventuais portuguesas. Estes documentos – surgidos no âmbito da política de censura aplicada pelo governo do Marquês de Pombal e elaborados na sequência do edital promulgado pela Real Mesa Censória em 10 de julho de 1769 – contêm informações valiosas que permitem conhecer, entre outros aspetos, a envergadura dos respetivos espólios bibliográficos, o formato das espécies, as línguas dos textos, assim como as áreas de conhecimento representadas, os autores e autoras e as respetivas obras. O presente artigo pretende dar a conhecer o conteúdo da livraria das Carmelitas Descalças de Sto. Alberto (Lisboa), partindo da transcrição do catálogo elaborado em 1769–70, conservado atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal. A importância deste cenóbio reside em ter sido o primeiro convento feminino da reforma teresiana a ser fundado em Portugal.

**Palavras-chave:** Conventos Femininos, Carmelitas, Livraria, Leitura.

## **Bibliographic collections of Barefoot Carmelites of Saint Albert (eighteenth century)**

**Abstract:** In recent years, there has been a growing interest from researchers in the catalogs of Portuguese convent libraries. These documents – arising within the scope of the censorship policy applied by the government of the Marquis of Pombal and prepared following the edict promulgated by the Real Mesa Censória on July 10, 1769 – contain valuable information that allows to know, among other aspects, the scope of the respective bibliographic collections, the format of the species, the languages of the texts, as well as the areas of knowledge represented, the authors and the respective works. This article intends to make known the contents of the library of Barefoot Carmelites of Saint Albert (Lisbon), starting from the transcription of the catalog prepared in 1769–70, currently kept in the National Library of Portugal. The importance of this cenobium comes from the fact that it was the first female convent of the teresian reform founded in Portugal.

**Keywords:** Female Convents, Carmelites, Libraries, Readings.

Na sua obra *La Biblioteca de Babel*, o escritor argentino de ascendência luso – judaica Jorge Luís Borges escreve o seguinte: “Quizá me engañen la vejez y el temor, pero sospecho que la especie humana- la única – está por extinguirse y que la biblioteca perdurará, iluminada, solitaria, infinita, perfectamente inmóvil, arsenalada de volúmenes preciosos, inútil, incorruptible, secreta”<sup>1</sup>. A livraria do Convento das Carmelitas Descalças de Sto. Alberto perdurou. Não fisicamente, com a totalidade dos seus volumes alinhados nas estantes, mas sim virtualmente, com o seu espólio discriminado no respectivo catálogo.

Este documento manuscrito, conservado atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal<sup>2</sup>, surge na sequência das ações desenvolvidas pela Real Mesa Censória<sup>3</sup> no âmbito da política de censura aplicada pelo governo pombalino. O novo tribunal, com a dupla função de censurar e fiscalizar, colmatava assim o desejo do Marquês de Pombal de retirar a Igreja em Portugal da dependência direta do Papa submetendo-a ao poder régio e permitindo que fosse por este utilizada. Para legitimar este desiderato, a lei de 5 de abril baseia-se no exemplo dos “Estados soberanos mais puros e ortodoxos” e principalmente nos dos reis de Portugal desde o princípio da monarquia, que “nunca permitiriam que se executassem as Bulas, Breves ou Rescriptos da Cúria Romana sem precederem as suas Cartas de Publicação o Régio Beneplácito”<sup>4</sup>. A lei frisava o direito que o monarca tinha de censurar as obras – incluindo as religiosas já examinadas pelos ministros da Igreja – que atentassem contra o “notório, inaufervel e inabdicável Direito de Soberania Temporal”, a que desde a fundação da Igreja foi sempre inerente a suprema jurisdição de proibir papéis e livros perniciosos e de estabelecer penas pecuniárias e corporais contra os transgressores<sup>5</sup>. Com esta atitude, o Marquês de Pombal punha em prática uma das premissas do chamado despotismo esclarecido e a censura em Portugal passava a ter um caráter estatal.

É no seguimento desta nova atitude censória que se promulga, em 10 de julho de 1769, um edital régio cujo conteúdo visava exercer o controlo dos livros existentes em todas as livrarias do país – particulares ou institucionais, individuais ou colectivas – “para que nelas se não retenham contra os Assentos do Exame Geral da Mesa, nem instrução de novos livros proibidos sem permissão da mesma Mesa”<sup>6</sup>.

1 BORGES, Jorge Luis – *Ficciones*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 99.

2 BNP: MSS, 2, n.º 3. O manuscrito encontra-se digitalizado e acessível em: <http://clavibibliothecarum.bn.pt/index.php/explorar/75-ordens-mendicantes/ordem-dos-carmelitas-descalcos/convento-de-santo-alberto-de-lisboa/52-catalogo-dos-livros-que-ha-no-convento-das-religiozas-carmelitas-descalcas-de-s-alberto-desta-cid-e-de-lisboa>

3 Por alvará de 5 de abril de 1768.

4 MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1963, p. 23.

5 MARQUES – *A Real Mesa Censória*, p. 22.

6 Regimento da Real Mesa Censória, Citado em MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963, p. 46.

O diploma solicitava a todos aqueles que estivessem na posse de livros, a elaboração do respectivo “rol” ou catálogo discriminando nele o conteúdo bibliográfico dos respectivos espólios. O catálogo de Sto. Alberto surge do cumprimento destas prerrogativas e terá sido elaborado entre finais de 1769 e princípios de 1770.

O edital da Real Mesa continha instruções precisas em relação ao paradigma de organização que estes documentos deveriam cumprir:

“[...] será reduzido a sete classes, a saber, Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História, Belas Letras. Em cada classe se assentará por ordem alfabética, primeiramente os livros de Fólio, seguindo-se logo os de 4º, a estes os de 8º, etc., declarando-se em todos e cada um deles os nomes próprios dos autores, principiando pelos primeiros apelidos e cognomes, ou por aqueles que os fizeram, mais conhecidos, depois do que se especificarão os títulos de cada um, o número de edição e os tomos e o lugar e o tempo de impressão<sup>7</sup>, e no fim de todos dentro de cada uma das respectivas classes, com suficiente separação, se escreverão pela mesma ordem alfabética, os livros anónimos principiando pelos títulos sendo tudo feito com certeza e boa letra [...]”<sup>8</sup>.

Neste sentido o Catálogo de Sto. Alberto cumpre com “certeza e boa letra” grande parte das disposições do edital. As obras de Teologia aparecem em primeiro lugar seguidas, neste caso, de uma única obra de jurisprudência e de seguida a História e as Belas Letras. Não existe registo de obras de Filosofia, Matemática ou Medicina.

A transcrição do manuscrito não ofereceu grandes dificuldades, devido a uma caligrafia bastante cuidada e uniforme, que facilitou a sua leitura, dispensando qualquer recurso à paleografia. O excelente estado de conservação do documento também contribuiu para o efeito. O único problema de legibilidade que apresentou deriva do excesso de tinta em algumas palavras, com o conseguinte esbatimento das letras, o que tornou ilegíveis apenas duas abreviaturas no *corpus* total do texto<sup>9</sup>. As sombras de tinta no verso dos respectivos fólhos também não constituíram dificuldade acrescida, embora em alguns momentos tenha sido necessário o recurso às ferramentas digitais disponíveis no programa Word e/ou Photoshop (zoom, luminosidade, cor, resolução, esbatimento), de modo a poder confirmar a leitura feita inicialmente.

No decurso do trabalho de transcrição tivemos oportunidade de verificar pequenos erros e lapsos cometidos pelo anónimo autor ou autora do Catálogo, provavelmente de forma involuntária. “Gralhas” praticamente inevitáveis num trabalho

7 Note-se que nada refere em relação ao nome dos impressores.

8 MARQUES – *A Real Mesa Censória*, p. 46-47.

9 No momento da publicação deste trabalho e com o avançar da investigação conseguimos desvendar o significado das referidas abreviaturas. Nos dois casos trata-se da palavra *confrades*.

minucioso como é a elaboração de um documento desta tipologia. A modo de exemplo ilustrativo referiremos a última entrada do fólho 9 (verso)<sup>10</sup>, que faz referência à obra *Guia de Pecadores*, de Fr. Luís de Granada (O.P.), impressa em Antuérpia (4º) em 1509. Pois bem, Granada, nascido em 1504, dificilmente poderia ter publicado a referida obra, nem qualquer outra, em 1509 pois contava apenas cinco anos de idade. A primeira edição da referida obra foi impressa em Lisboa, em 1556, na oficina de Blávio de Colónia, no mesmo ano em que Fr. Luís fora nomeado Provincial dos Dominicanos com vinculação à Província de Portugal. Trata-se, portanto, de um erro involuntário cometido pelo autor (a) do Catálogo. Tenha-se em conta que para a elaboração deste tipo de documentos, o (a) escriba contava com a ajuda de uma outra pessoa, que ia ditando as informações relativas a cada obra. Resulta plausível, neste caso, justificar a “gralha” com base na incompreensão auditiva, por parte do amanuense, da data ditada pelo seu colaborador, sobretudo se este permanecesse afastado a certa distância. A edição de Antuérpia não saiu do prelo em 1509, mas sim em 1590, o que significa que o autor do Catálogo terá trocado involuntariamente a ordem dos algarismos do ano, por ter percebido “nove” e não “noventa”. Uma outra hipótese está em considerar que tenha percebido corretamente o ano, mas tenha simplesmente invertido a ordem dos algarismos como resultado de uma dislexia momentânea derivada da fadiga provocada por demasiadas horas de trabalho continuado e minucioso.

À data da elaboração do Catálogo de Sto. Alberto, a livraria desta comunidade carmelita possuía um total de 558 espécies bibliográficas, representativas de 482 títulos. Estaremos perante uma livraria abastada? De dimensões médias? Ou tratar-se-á de uma livraria modesta? Em que categoria se enquadra o espólio de Sto. Alberto? Maxime Chevalier avançou com uma proposta de classificação para as bibliotecas privadas da Europa dos séculos XVI e XVII, contemplando três divisões: 1) bibliotecas ricas (com mais de 500 espécies), 2) bibliotecas médias (até 100 espécies); 3) bibliotecas pobres, com apenas algumas dezenas de livros<sup>11</sup>. Dentro destes parâmetros, a livraria de Sto. Alberto seria considerada uma livraria rica, por conter mais de 500 exemplares, porém, não estamos perante uma livraria de carácter privado. O espólio tem carácter colectivo, religioso e feminino, três características que devemos ter bem presentes.

Relativamente à dimensão mais específica das livrarias conventuais e, com base nos estudos realizados ao longo de seis anos a um considerável número de catálogos e inventários bibliográficos, Luana Giurgevich e Henrique Leitão<sup>12</sup> avançaram

10 Os fólhos do Catálogo (excepto o último) estão numerados a lápis no canto superior direito, frente.

11 CHEVALIER, Maxime – *Lectura y lectores en la España de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Ediciones Turner, 1976, p. 30.

12 GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique – *Clavis Bibliothecarum*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, p. 170-183.

recentemente com uma proposta de classificação agrupada em quatro categorias: 1) livrarias de muito grande porte, com mais de 20 mil volumes; 2) livrarias de grande porte, entre 5 mil e 20 mil volumes; 3) livrarias de grandeza média, entre 2 mil e 5 mil volumes; 4) livrarias pequenas, com menos de 2 mil volumes. A estas últimas acrescentaríamos ainda as livrarias de dimensões “pequeníssimas” apontadas por José Adriano de Freitas Carvalho, com menos de 500 espécies bibliográficas. Assim sendo, o espólio que as “Albertas” possuíam em 1769-70 estaria classificado na quarta categoria, “pequena”, com menos de 2 mil volumes, mais próxima das “pequeníssimas”, ultrapassando modestamente os 500 exemplares. Será pertinente avaliar a dimensão das livrarias conventuais femininas com base nestes parâmetros? Não seria legítimo estabelecer critérios diferenciados que considerassem as especificidades próprias de cada género, mas também o carácter das respectivas ordens religiosas e a importância que cada uma delas concedia á leitura?

Atendendo ao formato das espécies bibliográficas que existiam na livraria de Sto. Alberto, o Catálogo revela apenas três dimensões: fólho, 4º e 8º. O número de livros em fólho compreende apenas 29 títulos, representados por 34 espécies; os em 4º ocupam quase metade do espólio, com 217 títulos representados por 254 espécies bibliográficas; por sua vez, os livros em 8º representam um total de 236 títulos materializados em 270 espécies bibliográficas. Como se poderá verificar, são os livros de pequeno formato e facilmente transportáveis que representam quase 97% do espólio total da livraria. Assim sendo, cabe perguntar se o convento de Sto. Alberto teve em algum momento da sua história um espaço próprio para o armazenamento dos livros? Uma *livraria commūa* onde as religiosas tivessem à disposição os livros necessários para praticar a leitura colectiva nos espaços comuns e privada no recolhimento das celas?

Paulo Barata constata a exiguidade das bibliotecas conventuais femininas comparadas com as dos conventos masculinos. Considera-as não como verdadeiras bibliotecas conventuais mas sim como “pequenas bibliotecas de apoio às diversas funções e tarefas conventuais”<sup>13</sup>. É possível, porém, parece uma teoria pouco consistente por duas razões. Por um lado, nem todos os conventos masculinos possuíam livrarias abastadas. Baste como exemplo a pequena livraria do convento mariano de Balsamão, em Chacim, cujo acervo no momento da extinção não atingia as 40 espécies<sup>14</sup>. Por outro lado, não podemos esquecer que Sto. Alberto era um convento feminino reformado, onde a leitura, junto com a oração e a meditação, era parte integrante da vida contemplativa das religiosas; um exercício ascético que facilitava a subida ao Monte da contemplação, à união definitiva com Deus, objectivo

13 BARATA, Paulo – As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer. *Lusitania Sacra*. 24 (2011) 125-152.

14 BARATA – As livrarias dos mosteiros, p. 150-152.

supremo dos místicos, preconizado pelo franciscano Francisco de Osuna (1492 – 1542)<sup>15</sup>, entre outros, no seu *Tercer Abecedario Espiritual*.

Uma outra teoria é a sustentada por Jacobo Sanz Hermida. Para o investigador da Universidade de Salamanca, os conventos femininos careceriam, à partida, de um local específico para albergar os livros da comunidade, sendo antes considerados como bens privados, mantidos na posse das suas respectivas proprietárias até ao momento do seu falecimento, altura em que aqueles passavam efectivamente a ser propriedade do coletivo. Assim sendo, Sanz Hermida fala da existência de “tantas bibliotecas como hermanas haya en una comunidad de monjas”, isto é, “cada monja posee su propia biblioteca que custodia en su propia celda”<sup>16</sup>. Consequentemente, as livrarias das ordens religiosas femininas teriam um carácter mais descentralizado em comparação com as masculinas. Estariam formadas por um conjunto de diversas micro bibliotecas com carácter privado, constituídas por livros de pequeno formato, facilmente transportáveis e arrumáveis no exíguo espaço das celas.

Esta teoria parece bastante plausível, pelo menos, durante as primeiras décadas de funcionamento do convento. As primeiras religiosas, as fundadoras, procediam do convento de Sevilha, embora, algumas delas fossem oriundas de Castela, como por exemplo, Maria de São José (Salazar), que era natural de Toledo. Logo, parece perfeitamente possível, que viessem para o convento lisboeta com alguns livros – os mais essenciais – em castelhano. Outro facto que torna provável a teoria de Sanz Hermida é a presença em Sto. Alberto de Micaela Margarida de Santa Ana, filha do Imperador Mathias de Áustria e sobrinha do Cardeal Vice-Rei Alberto. Certamente, ela e as suas damas de companhia possuíam livros em alemão e, talvez, em inglês e/ou francês<sup>17</sup>. Talvez fosse esta a realidade de Sto. Alberto. Em todo caso, estas micro bibliotecas estariam formadas por aqueles títulos recomendados pela priora ou mestra de noviças às respectivas religiosas, em função dos seus progressos na vida espiritual, o que implicaria uma provável rotatividade das obras seleccionadas e dos livros como objectos propriamente ditos. Tratava-se, portanto, de bibliotecas “pequeníssimas” mas com grande aproveitamento onde, provavelmente, todos os livros eram efetivamente lidos e/ou relidos.

15 Osuna foi uma figura de primeira linha, não só no âmbito da espiritualidade ibérica, mas também europeia. Conhecido como o «Chrisólogo Minorita» pela sua eloquência como predicador, foi também o escritor espiritual mais lido na Península Ibérica entre 1527 e 1559. As suas 8 obras em romance foram objeto de mais de 40 edições e algumas traduções. Também foi o autor de 5 obras em latim, com sermões muito utilizados em toda Europa.

16 SANZ HERMIDA, Jacobo – Libros y lecturas en el convento de las Madres Agustinas Recoletas de Salamanca. *Via Spiritus*. 4 (1997) 133-235.

17 Em 1642, Micaela de Áustria foi fundadora e primeira priora do Convento das Carmelitas Descalças de Santa Teresa e São José, em Carnide, Lisboa. Cf. JESUS, David do Coração de – *A Reforma teresiana em Portugal*. Lisboa: Escolas Profissionais Salesianas, Oficina de São José, 1962. No anexo central deste livro aparece uma gravura de Micaela Margarida segurando um livro na mão.

Relativamente à data de impressão dos títulos contidos na livreria das “Alber-tas”, verificamos um âmbito temporal compreendido entre 1516, ano do título mais antigo, e 1766, ano do título mais recente. No primeiro caso, trata-se das *Obras Completas* do Mestre João de Ávila, impressas em Madrid (4º), discriminadas na frente do primeiro fólio do Catálogo, em antepenúltimo lugar. Em relação ao título mais recente, estamos perante uma obra impressa em Lisboa, poucos anos antes da promulgação do edital da Real Mesa Censória. Trata-se de uma obra da autoria de Domingos dos Reis Quita: *Obras Poéticas* (8º), um dos raros exemplos de obras de carácter profano referidas no Catálogo na última entrada da letra /Q/, no verso do fólio 17.

No cômputo realizado por centúrias contabilizamos um total de 28 obras impressas no século XVI; 202 no século XVII e 232 no século XVIII, para além de um pequeno grupo de 20 livros sem data de publicação. Uma evolução *in crescendo* bastante significativa, com valores quase equitativos para as centúrias de seiscentos e setecentos. Tenha-se em conta, porém, que a data de uma determinada obra não significa necessariamente que esta tenha chegado à livreria do convento no mesmo ano da edição. Dos 28 títulos impressos no século XVI apenas cinco correspondem à primeira metade da centúria e 23 à segunda. No século XVII os valores são mais significativos, com 100 títulos impressos na primeira metade do século e 102 na segunda. Valores que aumentam ligeiramente no século XVIII, em que contabiliza-mos 169 obras impressas na primeira metade. Neste caso, o âmbito temporal é mais estreito, compreendido entre 1751 e 1766, ano da obra mais moderna referenciada no Catálogo, abrangendo um período de apenas 15 anos e não 50.

Como se poderá observar, a maioria do espólio bibliográfico de Sto. Alberto viu a luz durante o século XVIII, mais particularmente entre 1721 e 1750, o que poderia levar a considerar esta coleção como sendo maioritariamente setecentista. No entanto, não é uma maioria marcante. São apenas mais 30 espécies que no século anterior. Comparando o cômputo registado no século XVI com os números relativos aos séculos seguintes constatamos, efetivamente, um aumento significa-tivo do espólio, embora algo desproporcionado. Tenha-se em conta que o convento foi fundado em 1585, conseqüentemente, os 15 anos seguintes até ao final da centú-ria, não foram suficientes para incorporar demasiados títulos na livreria conventual.

À luz dos dados até aqui expostos não podemos deixar de interrogar-nos sobre as causas que terão contribuído para o crescimento desta livreria conventual. Terá sido resultado de uma intenção voluntária e planificada ou, pelo contrário, foi fruto do acaso e de circunstâncias diversas? A extensão proposta para este traba-lho não nos permite desenvolver esta questão com a amplitude e profundidade que merece, no entanto, podemos apontar desde já algumas causas possíveis.

A política de compras parece ser a mais óbvia mas não a mais provável, a julgar pela documentação administrativa conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>18</sup>, reveladora de uma situação económica difícil e precária, onde as dívidas marcam presença regular. A venda e a troca de livros repetidos – entre conventos da mesma Ordem ou não – era outra das vias de enriquecimento das livrarias conventuais à qual Sto. Alberto não escapou, a julgar pelas marcas de posse existentes em alguns dos exemplares conservados na Biblioteca Nacional de Portugal<sup>19</sup>. Os livros das noviças, aquando da sua profissão no convento, assim como as heranças provenientes das religiosas já falecidas constituíam uma outra forma – talvez a mais regular – de incorporar volumes no espólio. Diversos tipos de legados, ações individuais, ofertas por parte dos presbíteros e confessores ou, em alguns casos, dos próprios autores, eram vias bastante comuns que contribuía para o enriquecimento da livraria, sem esquecer o contributo dos impressores, quando ofereciam livros às instituições religiosas – na sua maioria repetidos – para se desfazerem do excesso de “stocks”<sup>20</sup>.

Geograficamente, atendendo aos locais de impressão das obras discriminadas no Catálogo de Sto. Alberto, encontramos representadas um total de 38 cidades diferentes, distribuídas da seguinte maneira: 18 espanholas, 4 portuguesas e 9 do resto da Europa. Encontramos ainda uma obra anónima, impressa no México<sup>21</sup> em 1675, em 8º, com o curioso título *Maravillas Auténticas que Dios obra con los Pañuelos de Santa Teresa*. Por último, contabilizamos 13 obras sem local de impressão.

Nas nove cidades europeias – Antuérpia (6)<sup>22</sup>, Bruxelas (4), Paris (2), Roma (2), Lyon, Genebra, Nápoles, Veneza e Colónia – foram impressas um total de 19 obras. Somadas ao título impresso no México e às 13 obras sem indicação do local de impressão, obtemos um total de 33 títulos, o que representa apenas 7% do total do espólio. Todas as restantes saíram dos prelos ibéricos. 18 cidades espanholas

18 PT/TT/CSALL/MF/ Caixas 1 – 5/Pastas 1 – 59.

19 Sobre esta temática veja-se: CAMPOS, Fernanda – *Bibliotecas de história: aspectos de posse e uso de livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2013.

20 Agradecemos ao Doutor José Adriano de Freitas Carvalho os esclarecimentos dados relativamente a estas questões.

21 A imprensa surge no México em 1539 quando o mestre tipógrafo Cromberger envia para aquelas terras um prelo e um impressor chamado Juan Pablo. Este começou por imprimir alguns tratados de caráter jurídico, livros de piedade e cartilhas de instrução cristã para os índios. Mais tarde, com a chegada do fundador sevillano António de Espinosa, começaram a ser utilizados os caracteres redondos e itálicos em substituição dos antigos góticos. Em 1559 Espinosa cria uma segunda tipografia acabando por incentivar outros tipógrafos a estabelecerem-se na cidade, o que aconteceu nas últimas décadas do século XVI e início de XVII. Fruto deste notável desenvolvimento resultam 116 obras impressas na centúria de quinhentos e 1228 no século XVII, segundo o cômputo realizado por Fevre e Martin. Uma produção superior à de muitas cidades europeias importantes, como afirmam os próprios autores, tanto mais notável se pensarmos na necessidade de mandar vir da Europa o papel indispensável para as impressões. Cf. FEVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 274-275.

22 O número entre parênteses indica a quantidade de obras impressas na respetiva cidade. A sua omissão refere apenas 1 volume.

deram origem a 152 obras, distribuídas da seguinte maneira: Madrid (83), Barcelona (13), Sevilla (11), Zaragoza (8), Valladolid (7), Alcalá de Henares (6), Valencia (5), Salamanca (4), Toledo (3), Burgos, Granada e Pamplona (2), respectivamente; Cuenca, Huesca, Maiorca, Málaga, Medina del Campo e Plasencia. Em Portugal, o resultado é inversamente proporcional, já que a um número muito menor de cidades corresponde uma maior produção tipográfica: 310 obras (60%), distribuídas entre Lisboa (284), Coimbra (18), Évora (6) e Porto (2).

A representação linguística na livraria de Sto. Alberto é bastante modesta no que diz respeito ao número de idiomas presentes nas obras. Encontramos apenas três: latim, português e castelhano. Ao todo são apenas cinco obras escritas na língua latina<sup>23</sup>, todas elas de conteúdo teológico, como por exemplo *Piisima erga Dei Genetricem Devotio* (Lisboa, 1620, 4<sup>o</sup>), atribuída a São Boaventura e discriminada no verso do segundo fólio, letra /B/, sexta entrada.

Tratando-se de um convento feminino, fruto da reforma carmelitana iniciada por Santa Teresa de Jesus, a escassez de literatura em língua latina não deve surpreender-nos demasiado. Não é desconhecido o desagrado que a Doutora da Igreja manifestava em relação ao latim. Assim o expressava numa das numerosíssimas cartas dirigidas à madre Maria de São José (Salazar), grande amiga da santa de Ávila: “Muy buena venia la del padre Mariano si no trajera aquel latin. Dios libre a todas mis hijas de presumir de latinas [...]. Harto más quiero que presuman de parecer simples, que es de muy Santas, que no tan retóricas”<sup>24</sup>.

Quase três quartas partes (72%) do espólio discriminado no Catálogo corresponde a obras escritas em língua portuguesa e, para além das já referidas cinco obras em latim (1%), as restantes 129 (27%) estão escritas em castelhano. Mais uma vez estamos perante um espólio ibérico, onde as línguas de maior representação são o português e o castelhano. Mais uma vez, também, o peso recai maioritariamente na presença portuguesa. O aspeto linguístico também representa um fator diferenciador dos conventos femininos face aos seus congéneres masculinos, onde o maior número de espécies bibliográficas implica, na maioria dos casos, uma maior variedade linguística. Como exemplo ilustrativo citaremos a livraria do convento da Arrábida<sup>25</sup>, onde para além de um número considerável de obras em latim, encontramos títulos em português, castelhano, catalão, francês, italiano, inglês, alemão, hebraico, grego, russo e euskera.

23 Em nenhuma destas obras referenciadas no Catálogo encontramos qualquer indicação de traduções para português o que nos leva a considerá-las como versões em latim

24 TERESA DE JESUS, Santa – *Obras completas*. 8<sup>a</sup> edición. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1986. Transcripción, introducciones y notas de Efrén de la Madre de Diós e Otger Steggink, p. 1040, carta n.º 147, ponto 3, escrita em Toledo em 19 de novembro de 1576.

25 ROCHA, Ilídio – *A livraria do convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994.

O Catálogo da livraria de Sto. Alberto reflete uma aproximação quase total às determinações impostas pela Real Mesa Censória, em matéria de áreas do conhecimento, entenda-se, aquando da promulgação do edital régio de 1769. Quase porque para além dos erros e lapsos inerentes à elaboração deste tipo de documentos, existem as especificidades próprias do carácter feminino da livraria conventual aqui inventariada. A divisão das sete classes já tinha sido preconizada em 1627 por Gabriel Naudé (1600 – 1653) na sua obra de referência *Advis pour dresser une bibliothèque*. O bibliotecário do Cardeal Barberini estabeleceu a diferença entre os saberes humanistas e os saberes modernos, incluindo já a História, numa divisão que contemplava: Teologia, Medicina, Jurisprudência, História, Filosofia, Matemática e Humanidades.

Mais tarde, durante a primeira metade do século XVIII, o livreiro francês Gabriel Martin (1679 – 1761) viria a atualizar esta classificação num esquema com cinco classes, em que a Teologia, tal como na classificação proposta por Naudé, também ocupava o primeiro lugar, seguida da Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Letras e História Eclesiástica e Profana. Por sua vez, já no século XX, François Furet, no seu estudo para a reconstrução da livraria francesa do século XVIII<sup>26</sup>, propõe uma ordenação muito próxima da de Martin. Nela, a Teologia volta a ocupar o primeiro lugar, englobando obras religiosas, textos sagrados, litúrgicos e apologéticos. Em segundo lugar aparece a Jurisprudência seguida do grupo que engloba História, Geografia e Viagens; em quarto lugar situa as Ciências e as Artes, em que se reúnem a Filosofia e os saberes diversos e, por último, as Belas Letras, compreendendo filologia, romance, poesia, imprensa e miscelânea<sup>27</sup>.

Retomando a ordenação proposta pela Real Mesa Censória (Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras) encontramos mais uma vez a Teologia em primeiro lugar. As Belas Letras, substituindo às Humanidades propostas por Naudé, aparecem, como aquelas, no último lugar das respectivas classificações. A adopção deste paradigma de organização por parte do tribunal censor deixa em evidência os conhecimentos que este tinha relativamente aos novos padrões de classificação que surgiam na Europa.

Analisemos agora estatisticamente cada uma das classes presentes no Catálogo, em ordem crescente. A área de conhecimento menos representada é a Jurisprudência, com apenas um título, em fólio, impresso em Lisboa em 1720<sup>28</sup>. As Belas Letras estão representadas por 34 títulos, todos eles em formatos reduzidos, onde

26 FURET, François – *Livre et société dans la France du XVIIIe siècle*. Paris : Mouton, 1965-1970.

27 A este respeito veja-se: CAMPOS, Fernanda – *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Lisboa: Editora Caleidoscópio, 2013 p. 77-98.

28 *Allegação pratica e jurídica sobre a posse e sucessão da Casa da Feyra*. Lisboa, 1720, fólio. Aparece referenciado na 4ª entrada, na frente do fólio 2.

se destacam, entre outras obras, os *Autos Sacramentales* (Madrid, 1670) de Pedro Calderón de la Barca; *Obras Poéticas* (Lisboa, 1766) de Domingos dos Reis Quita e *Regras Gerais da Milhor Ortografia* (Lisboa, 1666) do Doutor em Teologia Padre Bento Pereira (1605 – 1681), um dos grandes eruditos do seu tempo. O conteúdo deste grupo é bastante heterogéneo, não permitindo uma subdivisão em núcleos temáticos significativos, a não ser um conjunto de sete obras dedicadas a relatar diversas festividades e procissões em louvor dos santos da Ordem.

No grupo dos livros de História encontramos um total de 101 títulos que nos permitem delimitar alguns grupos temáticos. O primeiro compreende, como seria de esperar, um conjunto de *Chronicas da Ordem dos Carmelitas Descalços...*, da autoria de Fr. Belchior de Santa Anna (Lisboa, 1667), Fr. João do Sacramento (Lisboa, 1719) e Fr. José de Jesus Maria (Lisboa, 1752). A *Chronica Geral da Ordem...*, de Fr. Francisco de Santa Maria (Madrid, 1629) e Fr. José de Santa Teresa (Madrid, 1689). Um *Compendio de Chronicas de Nossa Senhora do Carmo*, de Fr. Simão Coelho (Lisboa, 1572). Integram também este grupo uma *Chronica da Religião de São Domingos*, de Fr. Luís de Sousa (Lisboa, 1662) e as *Chonicas dos Religiosos Menores*, de Fr. Luís dos Anjos (Lisboa, 1710), uma obra muito lida na época.

Um segundo núcleo temático engloba um pequeno conjunto de obras dedicadas à missão, especialmente na Índia e no Japão, entre as quais merece ser salientada a *Relação de Perseguição que teve a Cristandade do Japão desde maio de 1612 até novembro de 1614*, da autoria do Padre Gabriel de Matos (*sine loco*, 1696). Por último, um terceiro grupo temático que representa ao mesmo tempo o subgrupo mais numeroso do espólio total da livraria: as obras de carácter hagiográfico, num total de 74 títulos<sup>29</sup>. Entre elas podemos destacar *Flores do Carmelo*, de Fr. José de Santa Teresa (Madrid, 1638) e *Flos Sanctorum*, da autoria do Padre Pedro de Ribadeneyra (Barcelona, 1623 e Toledo, 1688). Fr. José de Santa Teresa é também o autor da *Vida e Virtudes de San Juan de la Cruz* (Bruxelas, 1632; Málaga, 1717). Fr. Andreas de Marmol, por sua vez, é o autor da *Vida e Trabajos de Fr. Gerónimo Gracián de la Madre de Diós* (Valladolid, 1619) e o jesuíta Francisco de Ribera da hagiografia de Santa Teresa de Jesus (Salamanca, 1690)<sup>30</sup>.

Por fim, os livros de Teologia, a área com maior representação na livraria de Sto. Alberto, com um total de 374 títulos. Segundo Isabel Morujão, esta proliferação

29 98% destas obras aparece discriminada na letra /V/ do Catálogo, não pelo nome do autor como propunha o edital, mas pela palavra *Vida...* sem fazer alusão aos títulos completos que, em muitos casos, não começam com o referido vocábulo, o que era, de facto, uma prática corrente na elaboração deste tipo de documentos. Parte deste conjunto está estudado por CAMPOS, Fernanda – *Vidas exemplares femininas nas leituras do convento de Santo Alberto, Lisboa (século XVIII)*. In FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Tiago Pires, org. – *Vozes da vida religiosa feminina: experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 107-124.

30 Francisco de Ribera foi o primeiro biógrafo da santa de Ávila.

de obras teológicas nas livrarias conventuais femininas revela uma vocação mais orientada para a ascese do que para a mística, através da escolha de “obras de tipologia formativa, muitas vezes conducentes a uma postura mimética”, com poder para moldar por inteiro o comportamento das religiosas. Deste modo, “tornavam-se mais conformes não só com o paradigma da perfeita religiosa como com aquele a quem servem: Cristo”<sup>31</sup>.

Para além das quatro Bíblias e das diversas edições das obras de Santa Teresa de Jesus e de São João da Cruz, encontramos, entre outros, um conjunto de 22 novenas, 8 sermões ou conjuntos de sermões, 14 cartas pastorais e 11 tratados, na sua maioria dedicados à oração. Um deles, porém, é um tratado de esmola, uma temática que foi muito pouco explorada numa época em que a literatura de espiritualidade concedia maior importância à condição dos pobres do que propriamente ao ato de dar esmola. Dentro desta temática apenas são conhecidas duas obras relevantes: o *Tratado do Jejum e da Esmola*, de Fr. Luís de Granada (1504 – 1588) e *Excellências da Misericórdia e Frutos da Esmola*, do carmelita Fr. Luís da Apresentação (1581 – 1653)<sup>32</sup>, dedicado a D. Maria de Távora, mulher de D. Afonso de Alencastre, Comendador-mor da Ordem de Cristo. O exemplar que existia em Sto. Alberto pertenceu primeiramente ao convento dos Carmelitas Descalços de S. Filipe (Nossa Senhora dos Remédios) de Lisboa, primeiro Carmelo masculino reformado a ser fundado em Portugal<sup>33</sup>.

Outro grupo de importância relevante é o constituído pelas 14 *Cartas Pastorais* acima referidas<sup>34</sup>. Abrangem um âmbito temporal de dois séculos (XVII e XVIII) sendo a mais antiga de 1609 e a mais moderna de 1744. As edições apresentam-se mais regulares durante a centúria de seiscentos, com um intervalo médio entre cada uma de 7/9 anos. No século XVIII existe uma maior desigualdade, com intervalos de 28 e 30 anos, em alguns casos, entre uma *Carta* e a seguinte, o que poderá estar relacionado com o próprio ritmo de edição destes documentos por parte da Ordem ou, o que nos parece mais plausível, com a falta (ou perda) de outros textos deste género na livraria de Sto. Alberto. Este importante núcleo temático está a ser objecto de um estudo mais aprofundado, no entanto, podemos avançar com alguns dados de carácter geral já constatados.

O tema central e comum a todas as *Cartas* reside na importância da oração. Os respectivos autores, com índices de erudição muito diferenciados, incidem sobre o tema com argumentações diversas, baseadas, sobretudo, na patrística e nos

31 MORUJÃO, Isabel – *Por trás da grade. Poesia conventual feminina em Portugal (séc. XVI – XVIII)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, p. 77-82.

32 Impresso em 1625 em Lisboa, na tipografia de Gerardo da Vinha. É um pequeno exemplar em 4º.

33 O exemplar, que apresenta marcas de posse, conserva-se atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal.

34 Ao todo são 17, considerando a existência de diversas edições de um mesmo título.

ensinamentos de Santa Teresa de Jesus. Uma das *Cartas* mais notáveis pertence a Fr. Fernando de San Juan Bautista, Geral da Ordem<sup>35</sup>, quer pela sua extensão e conteúdo quer por apresentar as citações em latim seguidas da respetiva tradução para castelhano, com o intuito de facilitar a compreensão dos excertos citados às religiosas. Para Fr. Fernando, a oração parece ser o único caminho para atingir a Paz, um conceito sobre o qual o carmelita se debruça ao longo de três extensos capítulos.

As obras literárias, neste caso, estão inevitavelmente associadas aos seus autores. Na livraria de Sto. Alberto, para além das 35 obras anónimas, contabilizaram-se um total de 424 autores. Destes, 30 desempenharam funções de tradutores e comentadores das obras. Em alguns casos registamos também a dupla função de autor/tradutor, como acontece com o próprio Fr. Luís de Granada em relação à obra de Thomas de Kempis (Irmãos da Vida Comum) *Contemptus Mundi*<sup>36</sup>, por citar só um exemplo dos mais notórios. Também encontramos tradutoras entre as 10 escritoras referenciadas no Catálogo. D. Madalena de Alencastro é um dos casos mais relevantes por aparecer com a dupla função de traduzir/comentar o *Epítome Mariano*, do jesuíta Jean Croiset<sup>37</sup>. No modesto grupo de autoras – modesto em número mas não em qualidade – encontramos, entre outras, a própria Santa Teresa de Jesus, Maria de Jesus Ágreda, Maria João de Ávila ou Cezilia de S. Francisco, sem esquecer Maria de S. José (Salazar), cuja obra aparece “encoberta” no primeiro tomo das *Chronicas* de Belchior de Santa Anna<sup>38</sup>.

No referente aos autores propriamente ditos, elaborámos uma listagem alfabética para identificar cada um deles com a respetiva ordem religiosa, no entanto, esta tarefa ainda não foi concluída. Por este motivo não avançaremos com números concretos, mas sim com uma estimativa já bastante próxima do resultado final que se perfila. Assim sendo, podemos constatar que os autores carmelitas são os mais numerosos, encabeçados por Sta. Teresa e São João da Cruz. Também fazem parte deste elenco Fr. Gerónimo Gracián de la Madre de Diós, Fr. Belchior de Santa Anna, Fr. Luís da Apresentação ou Fr. António da Expectação, para citar só alguns dos mais relevantes.

Em segundo lugar e a pouca distância temos autores da Companhia de Jesus que, como sabemos, tiveram um papel preponderante na consolidação da Reforma teresiana. Entre eles destacaremos o próprio biógrafo de Sta. Teresa, Francisco de Ribera assim como Jean Croiset, João Eusébio Nierenberg, Luís de la Puente, Pedro de Ribadeneyra ou o Cardeal Roberto Bellarmino. Em terceiro lugar, com alguma

35 Impressa em Madrid em 1737, na Imprenta Real, por D. Miguel Francisco Rodriguez, in-fólio, com 392 páginas.

36 O Catálogo de Sto. Alberto regista seis edições desta obra.

37 Obra impressa em Lisboa em 1760.

38 Maria de S. José não faz parte do cômputo do Catálogo porque o seu nome não consta em nenhuma das suas entradas. Esta religiosa, fundadora e prioresa de Sto. Alberto, foi aluna dileta de Santa Teresa. A sua obra poética foi objecto de estudo por parte de MORUJÃO – *Por trás da grade*.

distância relativamente aos anteriores surgem os autores da Ordem dos Frades Menores, entre os quais se destacam Fr. António das Chagas, António de Orbiol, Bento Gil ou São Boaventura. Com números mais modestos aparecem autores da Ordem de Cister, Ordem de Cristo, Ordem dos Eremitas de Sto. Agostinho, Ordem dos Pregadores, Ordem da Santíssima Trindade, Cartuxos, Concepcionistas, Cónegos Regulares de Sto. Agostinho, Clérigos Regulares, Irmãos da Vida Comum, Oratorianos e Teatinos. Também fazem parte da listagem alguns autores leigos como Maciel Aranha ou Cristobal Lozano. Encontramos um caso em que o nome referido como autor corresponde na realidade ao impressor da obra. José Pereira Veloso é referido como autor de *Desejos Piedosos de huma Alma Saudosa de seu Divino Espozo* (Lisboa, 1688), quando na realidade foi o impressor da obra, que é da autoria de Fr. António das Chagas (O.F.M.).

Quando optámos por elaborar o nosso projecto de investigação com base no Catálogo da Livraria das Carmelitas Descalças de Sto. Alberto, a nossa ideia era transcrever e editar o documento. No entanto, à medida que a transcrição do manuscrito nos desvendava os pormenores do seu conteúdo, tivemos a percepção das possibilidades que o seu estudo aprofundado nos oferecia no âmbito da literatura de espiritualidade. Assim sendo, a transcrição do documento passou a ser o ponto de partida para um projecto mais ambicioso. Uma fase instrumental, cujos resultados estatísticos constituem uma base segura e sólida que nos permite caracterizar materialmente a livraria de Sto. Alberto, e que nos ajudará na fase seguinte da investigação, entre outras coisas, a valorizar e enquadrar os autores – e as autoras – carmelitanos no contexto geral da literatura de espiritualidade da época. Num contexto mais particular pretende-se analisar o conteúdo do documento como expressão do universo de leitura (e de escrita) das religiosas que habitaram este convento lisboeta.

O trabalho aqui apresentado é para nós de grande importância, na medida em que nos permite divulgar os resultados da primeira fase do projecto e materializar, em números, o perfil desta livraria feminina. Uma livraria de pequenas dimensões, se for enquadrada na classificação geral das livrarias conventuais. Porém, no âmbito das livrarias femininas poderá ser considerada como de tamanho bastante razoável, com 558 espécies bibliográficas. Estamos perante uma biblioteca “portátil” onde 97% dos volumes são de pequeno formato, com um ligeiro predomínio de obras impressas na centúria de setecentos. O carácter ibérico também ficou patente, atendendo à imensa maioria de títulos provenientes dos prelos portugueses e, em menor número, espanhóis. Uma ibericidade que se mantém quando verificamos a utilização de apenas três línguas nos textos, sendo o português e o castelhano as maioritárias frente à ínfima representação da língua latina. Um facto que pode encontrar a sua explicação nos primeiros grupos de religiosas que chegaram ao

convento, na sua grande maioria oriundas de Castela e/ou Andaluzia que, certamente, traziam ou adquiriam os seus livros em castelhano.

A análise por área de conhecimento revela tratar-se de uma livraria eminentemente religiosa, feita por religiosos para, neste caso, religiosas, onde o livro profano é praticamente inexistente e o livro científico o grande ausente. Constatamos a presença marcante dos autores carmelitas e jesuítas, com uma representação heterogénea distribuída em menor número entre diversas Ordens religiosas. Do mesmo modo, marcam presença diversas obras de autoria feminina encabeçadas – como não poderia deixar de ser – pela própria Santa Teresa de Jesus<sup>39</sup>.

---

39 Para uma visão comparativa e de conjunto desta e de outras livrarias femininas arroladas em 1769, veja-se MORUJÃO, Isabel – Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Porto. 19 (2002) 11-170 e da mesma autora, Entre a Voz e o Silêncio: literatura e espiritualidade nos Mosteiros Femininos. *Rever*. 1 (2011) 35-54.